



**DATA DA REUNIÃO:** SETE DE DEZEMBRO DE DOIS MIL E DEZASSETE.-----

**LOCAL DA REUNIÃO:** SALÃO NOBRE DO EDIFÍCIO SEDE DO MUNICÍPIO.-----

**PRESIDIU:** O VICE-PRESIDENTE DA CÂMARA, DR. ALBERTO MANUEL MARTINS COSTA.-----

**PRESENCAS E FALTAS:**-----

**PRESIDENTE DR. JOAQUIM BARBOSA FERREIRA COUTO – PS – FALTOU POR RAZÕES QUE FORAM CONSIDERADAS JUSTIFICATIVAS.**-----

**VEREADORA DRA. ANDREIA CARINA MACHADO DA SILVA NETO – PPD/PSD.CDS-PP – PRESENTE.**-----

**VEREADOR DR. ALBERTO MANUEL MARTINS COSTA – PS – PRESENTE.**-----

**VEREADORA ENG.ª ANA MARIA MOREIRA FERREIRA – PS – PRESENTE.**-----

**VEREADOR DR. JOSÉ MANUEL ALVES PIMENTA DE CARVALHO – PPD/PSD.CDS-PP – PRESENTE.**-----

**VEREADOR DR. JOSÉ PEDRO DOS SANTOS FERREIRA MACHADO – PS – PRESENTE.**-----

**VEREADOR CARLOS ALBERTO CARVALHO FERNANDES – PPD/PSD.CDS-PP – PRESENTE.**-----

**VEREADOR TIAGO JOÃO MACHADO ARAÚJO – PS – PRESENTE.**-----

**VEREADORA ENG.ª SILVIA MANUELA DA COSTA FERREIRA TAVARES – PS – PRESENTE.**-----

**HORA DE INICIO DA REUNIÃO:** DEZASSETE HORAS E DEZ MINUTOS.-----

**HORA DE ENCERRAMENTO:** DEZASSETE HORAS E QUARENTA E CINCO MINUTOS.-----

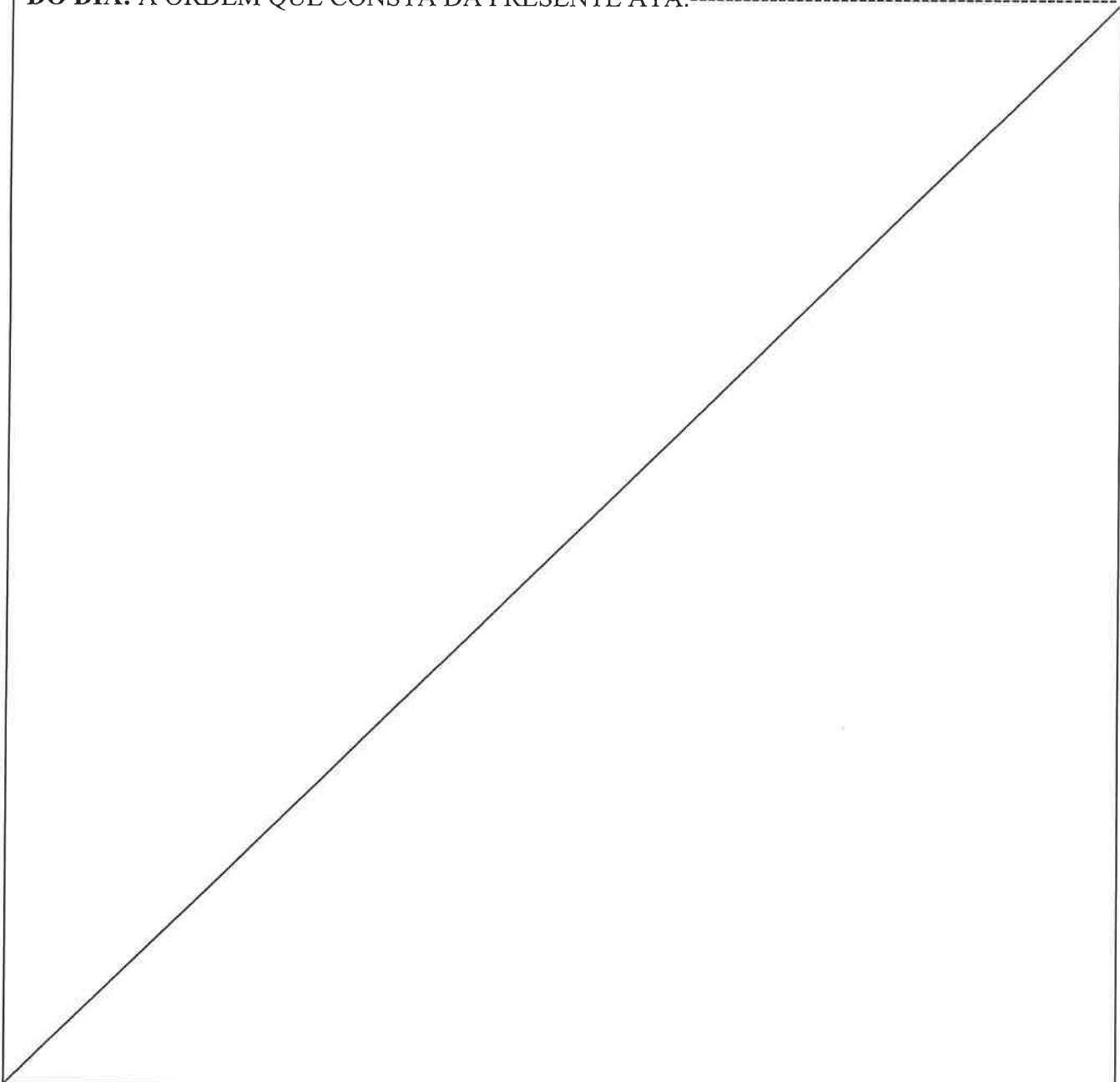


*[Handwritten signature]*

*[Handwritten signature]*

**SECRETARIOU A TRABALHADORA DESIGNADA PARA O EFEITO, MARIA ADRIANA SALGADO MAGALHÃES.**-----

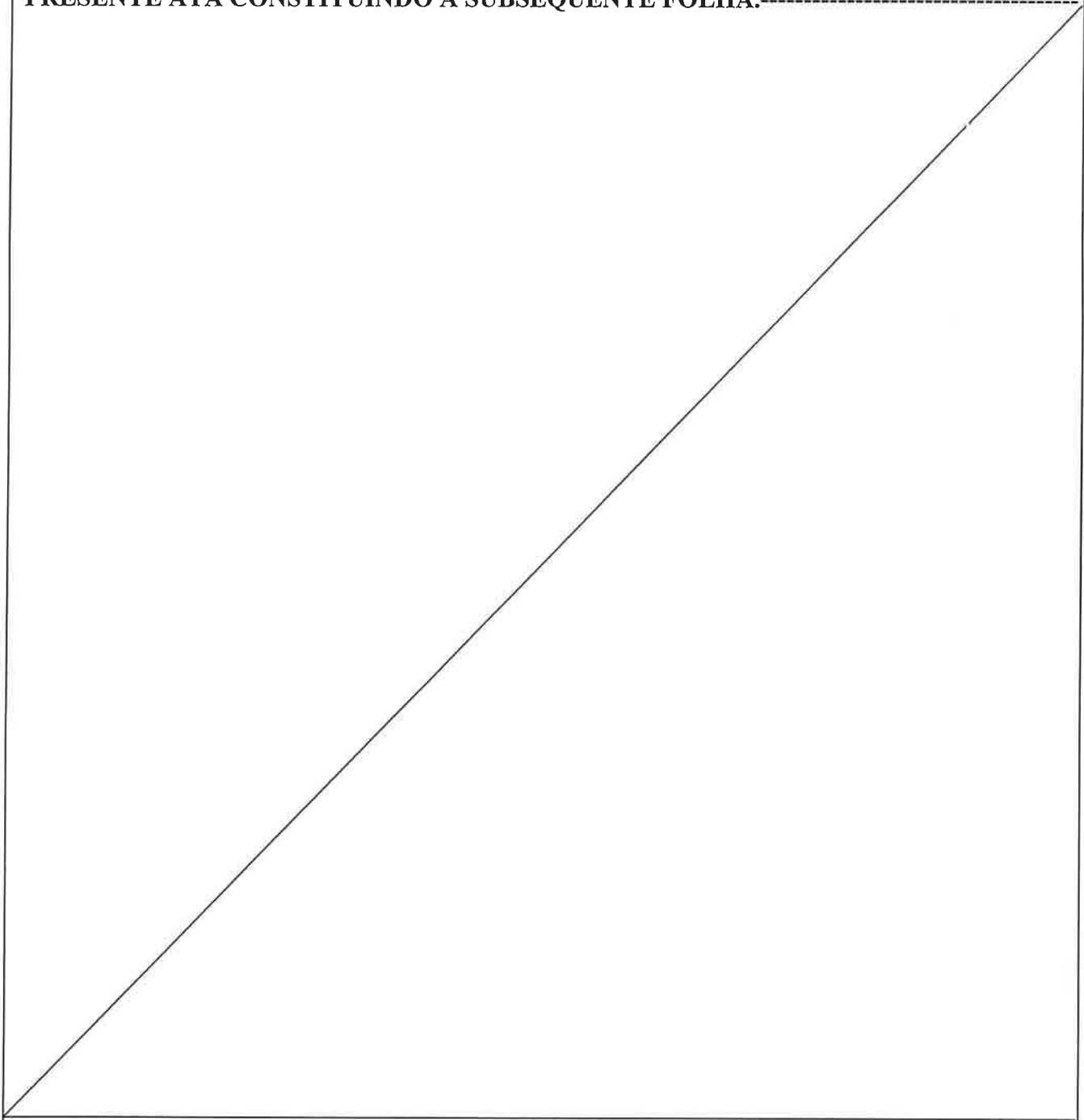
**ORDEM CRONOLÓGICA POR QUE FORAM TRATADOS OS ASSUNTOS DA ORDEM DO DIA: A ORDEM QUE CONSTA DA PRESENTE ATA.**-----



*[Handwritten mark]*

*[Handwritten mark]*

**LOGO DE IMEDIATO ENTROU-SE NA DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DOS ASSUNTOS PREVIAMENTE INCLUÍDOS NA ORDEM DO DIA A QUAL SE ANEXA À PRESENTE ATA CONSTITUINDO A SUBSEQUENTE FOLHA.**-----





SANTO TIRSO  
CÂMARA MUNICIPAL

**REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DE 07/DEZEMBRO/2017 – ATA Nº 23**

Praça 25 de Abril  
4780-373 SANTO TIRSO  
Tel. +351 252 830 400  
Fax: +351 252 856 534  
gap@cm-stirso.pt  
www.cm-stirso.pt

**ORDEM DO DIA**

- 1 - Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2018: Aprovação
- 2 - Levantamento e registo cadastral de todas as infraestruturas aptas ao alojamento de redes de telecomunicações: Reconhecimento das mesmas e respetivo registo no domínio público do património municipal
- 3 - Candidatura apresentada pelo município ao Programa Operacional Regional do NORTE 2020 para financiamento da obra denominada “Requalificação Urbana da Avenida Manuel Dias Machado – 2ª fase – Vila Nova do Campo”: Aceitação das condições de aprovação da candidatura
- 4 - Candidatura apresentada pelo município ao Programa Operacional Regional do NORTE 2020 para financiamento da obra denominada “Praça da Escola D. Dinis – Santo Tirso”: Aceitação das condições de aprovação da candidatura
- 5 - Expropriação amigável de parcela de terreno destinada à execução da obra denominada “Reformulação do entroncamento entre a EN 105 e a EM 209-2, freguesia de S. Tomé de Negrelos” (parcela 12)
- 6 - Proposta de celebração de Protocolo de Colaboração entre a Administração Regional de Saúde do Norte, IP e o município de Santo Tirso tendo por objeto dotar a USF de S. Martinho do Campo de equipamento necessário à prestação de serviços de saúde de medicina dentária
- 7 - Proposta de atribuição de subsidio para ajudar a custear as festas em honra de Santa Luzia – Monte Córdova

Santo Tirso, 04 de dezembro de 2017

O Presidente,

Dr. Joaquim Couto



**1. PROPOSTA DE GRANDES OPÇÕES DO PLANO, ORÇAMENTO E MAPA DE PESSOAL DO MUNICÍPIO PARA 2018.**-----

Pelo senhor vice-presidente da câmara municipal foi dito:-----

Considerando que compete à câmara municipal elaborar e submeter à aprovação da assembleia municipal as Grandes Opções do Plano e a proposta de Orçamento;-----

De harmonia com o previsto nos artigos 28º e 29º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada pela Lei 35/2014, de 20 de junho, o mapa de pessoal é aprovado pela entidade competente para aprovação da proposta de Orçamento, sendo que para cada exercício orçamental devem ser planeadas as atividades de natureza permanente ou temporária, devendo o mapa de pessoal conter a totalidade dos postos de trabalho necessários para execução das atividades a desenvolver durante a execução do orçamento, de acordo com as atribuições do município, as competências das diversas unidades orgânicas e os recursos financeiros disponíveis.-----

Face ao exposto proponho que a câmara municipal delibere:-----

1. Nos termos do disposto nas alíneas a) e c) do n.º 1 do artigo 33º do Anexo I da Lei 75/2013, de 12 de setembro, aprovar a proposta de Grandes Opções do Plano, Orçamento e Mapa de Pessoal para dois mil e dezoito e submeter a mesma à assembleia municipal para aprovação, nos termos previstos nas alíneas a) e h) do n.º 1 do artigo 25º do mesmo diploma legal e artigo 29º, n.º 4, da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada pela dita Lei 35/2014.-----

Da proposta não faz parte o quadro plurianual municipal previsto no artigo 41º da Lei 73/2013, de 03 de setembro, em virtude de não ter sido ainda publicado o Decreto-lei de regulamentação previsto no artigo 47º do mesmo diploma legal.-----

2. Nos termos do disposto na alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33º da mesma Lei 75/2013, propor à assembleia municipal para que este órgão, para os efeitos previstos na alínea c) do n.º 1 do artigo 6º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro e do artigo 12º do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, conceda autorização prévia à assunção de compromissos plurianuais nos casos previstos no n.º



*AR*

1 do artigo 33º das Normas de Execução Orçamental, que fazem parte integrante do Orçamento Municipal, de harmonia com o previsto na alínea d) do n.º 1 do artigo 46º, da dita Lei 73/2013, sem prejuízo da delegação de competências no presidente da câmara prevista no n.º 3 do mesmo artigo 33º.-----

3. Nos termos previstos no disposto na mesma alínea ccc) do n.º 1 do dito artigo 33º, propor à assembleia municipal para que este órgão autorize a delegação de competências do município nas freguesias, quando disso se presuma benefício para a promoção da coesão territorial, reforço da solidariedade inter-regional, a melhoria da qualidade dos serviços prestados às populações e a racionalização dos recursos disponíveis, e nos demais termos legalmente previstos, nomeadamente as disposições aplicáveis do Anexo I da Lei 75/2013, (artigos 116º e ss.), relativamente aos projetos/ações previstos no Plano de Atividades e no Plano Plurianual de Investimentos para 2018, também conforme consta do artigo 40º das referidas Normas de execução Orçamental, bem como autorização para a concessão de apoios às freguesias, nos termos previstos no artigo 32º das mesmas Normas.-----

Da proposta de Grandes Opções do Plano e Orçamento para dois mil e dezoito, com todos os elementos e anexos que o integram, incluindo mapa com identificação e descrição das responsabilidades contingentes, constituída por cento e vinte e três páginas, anexa-se cópia à presente minuta da ata e dela fica a fazer parte integrante, constituindo o anexo I da mesma.-----

A proposta de Grandes Opções do Plano, Orçamento e Mapa de Pessoal para dois mil e dezoito foi aprovada com cinco votos a favor, dos senhores edis eleitos enquanto inscritos na lista do Partido Socialista, e três votos contra dos senhores edis eleitos enquanto inscritos na lista da coligação do PPD/PSD.CDS-PP.-----

Pelos senhores edis eleitos enquanto inscritos na lista da coligação do PPD/PSD.CDS-PP foi feita a seguinte declaração de voto:-----

-----



7  
A  
A2

Declaração de Voto

1 - Grandes Opções de Plano e Orçamento para 2018

Os Vereadores eleitos na lista da Coligação Por todos nós votam contra o Orçamento para o ano 2018 e as Grandes Opções do Plano.

Os documentos em apreciação revelam três pecados originais que não podem ter a nossa validação:

1. É pouco ambicioso;
2. Não dá resposta à necessidade de modernização do concelho;
3. Esquece áreas prioritárias da gestão autárquica moderna como a captação de investimento, a cultura e participação cívica.

No contexto da região do grande Porto e do vale do Ave onde nos inserimos, Santo Tirso tem que encontrar na escolha das políticas públicas opções capazes de serem atrativas para dinamizar o tecido económico e com isso captar investimento e criar postos de trabalho, capazes de fixar os seus jovens e mobilizar a sociedade civil para participação. Assim, cotejados quer o Orçamento quer o Plano não se vislumbra nenhuma opção de rasgo coerente com estes desígnios.

Os Vereadores eleitos não se opõem às escolhas feitas; manifestam sobretudo apreensão quanto às escolhas não feitas por traduzirem a perda de mais uma oportunidade.

Votam contra porque estes documentos denotam uma visão ultrapassada da gestão autárquica, assente no aumento da despesa estrutural (sobretudo com a despesa de pessoal), denotam uma priorização das políticas públicas que entendem não corresponder aos anseios do concelho e são claramente documentos sem visão de futuro.

Acresce que se se prevê um aumento da despesa com pessoal, do lado da receita a compensação aparenta assentar numa espécie de "fezada" sem sustentação na realidade.

Se é verdade e não se deixa de referir que este Orçamento reflete uma visão assistencialista nas políticas sociais, entendem os vereadores do PSD que o caminho a seguir deve ser o de criar condições para a melhoria de condições de vida das populações.

Ora, os documentos em votação não apresentam qualquer ambição nem trazem novidade relativamente a projetos capazes de alavancar o concelho, nomeadamente políticas capazes de fixar o capital humano mais promissor, os nossos jovens e partir para uma visão integrada de fixação dos jovens, com mais oportunidades de educação, mais emprego, mais e melhores serviços de proximidade, mas também mais habitação a preços justos; a definição clara de uma política cultural para Santo Tirso, a valorização da riqueza patrimonial; a transformação do nosso concelho num destino turístico de proximidade, aproximando todos os agentes interessados nesta área, que consideramos estratégica para a criação alternativa de riqueza, bem como a melhoria das acessibilidades internas, da rede de transportes e do estacionamento.

Com clareza: as prioridades inscritas neste Orçamento para 2018 e nas Grandes Opções do Plano são o espelho da maioria que governa o município. Mas com a mesma clareza assumimos: não são as nossas nem são os compromissos que os signatários estabeleceram com os seus eleitores.

Assim, e em coerência, votam contra.

Santo Tirso, 7 de dezembro de 2017

Os Vereadores eleitos pela Coligação Por Todos Nós

Reunião : EXTRAORDINÁRIA



Câmara Municipal de Santo Tirso

Ata N.º 23 Fl. 8  
07 de dezembro de 2017

fp2

Pelos senhores edis eleitos enquanto inscritos na lista do Partido Socialista foi feita a seguinte declaração de voto:-----



## DECLARAÇÃO DE VOTO

(Grandes Opções do Plano e Orçamento para o ano de 2018)

As Grandes Opções do Plano, o Orçamento e o Plano Plurianual de Investimentos para o ano de 2018 refletem as orientações políticas e estratégicas que o executivo municipal de maioria PS tem vindo a desenvolver ao longo dos últimos quatro anos, fiel ao compromisso sufragado maioritariamente em dois atos eleitorais pela população do Município.

O quarto orçamento da inteira responsabilidade deste executivo municipal de maioria PS é, de facto, o espelho das opções políticas estabelecidas em 2013 e aprofundadas em 2017, com base no novo compromisso eleitoral apresentado à população de Santo Tirso e convertido em programa político para o ciclo autárquico que termina em 2021.

Assim, os eleitos pelo Partido Socialista no executivo municipal votam favoravelmente as Grandes Opções do Plano, o orçamento e o Plano Plurianual de Investimentos para o ano de 2018, porque consideram que os documentos previsionais vão ao encontro das grandes orientações traçadas em 2013 e renovadas em 2017.

**Em primeiro lugar**, o orçamento aponta claramente para o reforço das políticas de Coesão Social, principalmente dirigidas às famílias do Município. Para 2018, as transferências previstas para os agregados familiares sobem 50 por cento quando comparadas com o orçamento do ano anterior, para acomodar novos encargos municipais relacionados com o alargamento dos apoios ao arrendamento jovem e com a necessidade de apoiar mais famílias no âmbito do Plano Municipal de Emergência Social.

Uma vez mais, o orçamento destina mais de 60% dos recursos financeiros municipais para as questões sociais, nomeadamente para a Educação, para a Saúde, para o Desporto, entre outras, com o objetivo de aliviar os orçamentos familiares, em face das dificuldades em que ainda vivem as famílias, fruto do brutal corte nos rendimentos e do enorme aumento de impostos ocorridos durante o período em que o País esteve sob intervenção da "Troika".

A renovada preocupação social manifestada por este executivo municipal de maioria PS está bem expressa na decisão de reduzir abaixo dos limites máximos definidos legalmente todas as taxas que lhe cabem por lei, a somar a um conjunto cada vez mais alargado de medidas de natureza social previstas para o próximo ano, com vista a amortecer o impacto provocado pelas políticas de austeridade de que o País começa a sair aos poucos,

Em 2018, as famílias voltam a beneficiar de um alívio fiscal na ordem do 1,5 milhões de euros, por via do IMI e do IMI Familiar, a que se junta ainda uma diminuição de cinco por cento do valor a arrecadar pelo Município no IRS dos contribuintes.

Não por acaso, Santo Tirso foi o único Município da Área Metropolitana do Porto a receber o prémio de autarquia amiga das famílias, fruto de um "pacote" de medidas sociais lançadas no último mandato e previstas terem continuidade não apenas em 2018, mas nos próximos anos.

**Em segundo lugar**, o orçamento para o ano de 2018 prevê um forte investimento em projetos e obras de requalificação dos espaços públicos, bem como um plano de erradicação de todas as ruas em terra nas freguesias, compromisso assumido para com a população antes do ato eleitoral e naturalmente vertido para as Grandes Opções do Plano.

Prometemos. Cumprimos.



Com clareza, sempre o dissemos: a Coesão Social era uma das principais prioridades para o ciclo autárquico iniciado em 2013. Era e é. Mas, paulatinamente, depois da profunda crise em que mergulhou o País, o que obrigou o orçamento municipal a priorizar as questões sociais em detrimento do “betão”, o investimento tem vindo a tomar uma trajetória de crescimento.

Ainda que sem megalománias, o Município quer dar um forte impulso ao investimento público, nomeadamente em matéria de regeneração urbana, com um conjunto de obras estratégicas para o desenvolvimento do Município, das quais se destacam:

- Requalificação do Largo Coronel Baptista Coelho
- Requalificação da Praça Conde S. Bento
- Construção da rotunda da Ponte de Frádegas
- Conclusão da rotunda do “Nó do Barreiro”
- Construção das rotundas que servem as Áreas de Acolhimento Empresarial de Fontiscos e Ermida
- Construção da rotunda na Autoni
- Conclusão do Centro de Artes Alberto Carneiro
- Conclusão da Via Panorâmica
- Construção do edifício-sede da Junta de Freguesia de Água Longa
- Execução da II fase do Parque do Ribeiro do Matadouro
- Execução das II e III fases da Avenida Manuel Dias Machado
- Execução da II Fase da Praça Camilo Castelo Branco
- Requalificação da Praça General Humberto Delgado
- Conclusão do canil/gatil
- Requalificação da ligação entre a Rotunda Timor Lorosae e a Praça Camilo Castelo Branco
- Construção do novo acesso ao Hospital de Santo Tirso
- Requalificação da EB 2,3 de Vila das Aves, EB 2,3 de S. Rosendo (Santo Tirso), EBI de S. Martinho (Vila Nova do Campo) e EB de Bom Nome (Vila das Aves)
- Alargamento e requalificação da ligação entre a Reguenga e a Seroa (Paços de Ferreira)
- Conclusão da requalificação da estrada de Paradela (Vilarinho)

- Execução do projeto de requalificação do Largo Pinto Leite e área envolvente ao INA
- Adaptação do antigo edifício das Finanças para receber o Tribunal do Comércio.

Pelo quarto orçamento consecutivo da inteira responsabilidade deste executivo municipal de maioria PS, o Município prevê obter uma poupança corrente na ordem dos 2,4 milhões de euros, o que significa que continua a gastar menos do que aquilo que recebe.

Ou seja, uma vez mais, o Município vai estar em condições de transferir o valor da poupança prevista ao longo de 2018 para transferências de capital. O mesmo é dizer que a capacidade de investimento municipal não será de 14,1 milhões de euros, conforme o que está previsto no PPI, mas antes de 16,5 milhões de euros.

**Em terceiro lugar**, o orçamento para o próximo ano também não deixa dúvidas quanto ao esforço do executivo municipal de maioria PS em apoiar o tecido empresarial local e, ao mesmo tempo, continuar a atrair novos projetos empresariais.

A estratégia, que tão bons frutos deu no mandato anterior, com a criação de mais de 600 novas empresas e a redução da taxa de desemprego em 52%, passa por abdicar de financiamento do orçamento municipal a favor das empresas, através da redução do IMI, IMT, Derrama e outras taxas e licenças da responsabilidade do Município.

No total, estima-se que para o ano de 2018 o orçamento municipal abdique de cerca de 2,2 milhões de euros em benefícios fiscais destinados a famílias e empresas.

Outro claro sinal dado pelo orçamento municipal no que toca à dinamização do tecido empresarial local prende-se com o esforço para manter o Prazo Médio de

Pagamentos a fornecedores abaixo dos 30 dias, bem como a opção política do Município em trabalhar maioritariamente com fornecedores sediados em Santo-Tirso.

**Por fim**, o orçamento municipal para 2018 foi elaborado segundo os princípios que têm norteado a ação política do executivo municipal de maioria PS.

É um orçamento genuinamente realista, porque, para nós, é ponto assente que o Município só fará a despesa para a receita que tem. Em 2018, fruto do equilíbrio desejável entre as despesas e as receitas, o orçamento gerará uma nova poupança de 2,4 milhões de euros, prova de que, pelo quarto ano consecutivo, o executivo municipal não empola os documentos previsionais com receita fictícia para fazer face à despesa.

Ou seja, os documentos previsionais para o próximo ano são mais um exercício de rigor e transparência, cumprindo todas as regras orçamentais e mesmo democráticas, porquanto levam em linha de conta os compromissos assumidos para com a população do Município e sufragados maioritariamente em outubro último, bem como incorporam preocupações manifestadas pelas forças políticas com assente na Assembleia Municipal, ao abrigo do Estatuto do Direito da Oposição.

É, portanto, um orçamento responsável e cumpridor dos critérios de redução da dívida municipal, que, pelo quinto ano consecutivo, voltará a cair, na ordem dos dois milhões de euros. Desde 2013, quando este executivo tomou posse pela primeira vez, a dívida do Município já foi abatida em cerca de 11 milhões de euros, razão pela qual Santo Tirso está entre os Municípios que, cumulativamente, mais tem contribuído para a diminuição do passivo das Câmaras Municipais a nível nacional, no valor mais baixo nos últimos 11 anos.

Em suma, o orçamento não foge a uma gestão imposta por este executivo municipal de maioria PS de responsabilidade, justiça social e também ambição, traduzida no compromisso de abraçar novos desafios, nomeadamente em áreas como o ambiente e a sustentabilidade, e lançar um conjunto de investimentos que vão continuar a mudar Santo Tirso.

**Pelo exposto, e porque os documentos previsionais correspondem às expectativas da população do Município, os eleitos pelo Partido Socialista votam favoravelmente as Grandes Opções do Plano, o orçamento e o Plano Plurianual de Investimentos para o ano de 2018.**

**Os eleitos pelo Partido Socialista**

**Santo Tirso, 7 de dezembro de 2017**



*[Handwritten signature]*

**2. LEVANTAMENTO E REGISTO CADASTRAL DE TODAS AS INFRAESTRUTURAS APTAS AO ALOJAMENTO DE REDES DE TELECOMUNICAÇÕES: RECONHECIMENTO DAS MESMAS E RESPETIVO REGISTO NO DOMÍNIO PÚBLICO DO PATRIMÓNIO MUNICIPAL.**-----

Presente informação do Gabinete de Direção Municipal, de quatro do corrente mês de outubro, registada com o número onze mil setecentos e cinquenta e cinco, a remeter relação descritiva de todas as infraestruturas aptas ao alojamento de redes de telecomunicações, propriedade do município, existentes no domínio público municipal, da qual se anexa cópia à presente ata e dela fica a fazer parte integrante, constituindo o anexo II da mesma, composto por oitenta e nove folhas.---

O senhor vice-presidente propôs que a câmara municipal deliberasse propor à assembleia municipal que, no uso da sua competência prevista na alínea q) do n.º 1 do artigo 25º do anexo I do Decreto-lei 75/2013, de 12 de setembro, deliberasse reconhecer que as infraestruturas descritas na lista anexa aptas ao alojamento de redes de telecomunicações estão integradas no domínio público municipal, cabendo ao município a sua gestão, para posteriormente se proceder ao seu registo no património municipal com base no seu valor de rendimento.-----

Fica anexo à presente ata e dela fica a fazer parte integrante, constituindo o anexo III da mesma, um CD-ROM não regravável, contendo ficheiro com a localização, em planta, das referidas infraestruturas.-----

A proposta, submetida a votação nominal, foi aprovada por unanimidade.-----





**3. COMPARTICIPAÇÃO FINANCEIRA FEDER À OPERAÇÃO COM O CÓDIGO NORTE – 05 – 1406 – FEDER – 000084, DESIGNADA POR “REQUALIFICAÇÃO URBANA DA AVENIDA MANUEL DIAS MACHADO – 2ª FASE”: RATIFICAÇÃO DA DECISÃO DE APRESENTAÇÃO DA CANDIDATURA E DE ACEITAÇÃO DAS SUAS CONDIÇÕES.-----**

Presente email do programa “Norte 2020”, de treze de novembro findo, registado com o número vinte e oito mil oitocentos e cinquenta, a comunicar que a candidatura a fundos comunitários – Operação NORTE-05-1406-FEDER-000084 – designada “Requalificação Urbana da Avenida Manuel Dias Machado – 2ª fase” foi aprovada pela Comissão Diretiva do NORTE 2020, no dia nove do mesmo mês de novembro.-----

A Divisão de Planeamento Estratégico e Gestão de Financiamentos informa que o valor elegível da candidatura é de 122.125,18 € (cento e vinte e dois mil cento e vinte e cinco euros e dezoito cêntimos), beneficiando o município de uma comparticipação FEDER de 85%, no montante de 103.806,40 € (cento e três mil oitocentos e seis euros e quarenta cêntimos), sendo a contrapartida nacional no valor de 18.318,78 € (dezoito mil trezentos e dezoito euros e setenta e oito cêntimos) assegurada pelo município de Santo Tirso, tudo conforme condições constantes do Termo de Aceitação de vinte e um de novembro findo, do qual se anexa cópia à presente ata e dela fica a fazer parte integrante, constituindo o anexo IV da mesma.-----

O senhor vice-presidente submeteu à ratificação da câmara municipal a decisão de apresentação da referida candidatura e de aceitação das suas condições.-----

A câmara municipal deliberou, por unanimidade, ratificar a decisão de aceitação das condições de aprovação da candidatura, conforme Termo de Aceitação e seus anexos.-----



**4. COMPARTICIPAÇÃO FINANCEIRA FEDER À OPERAÇÃO COM O CÓDIGO NORTE – 05 – 2316 – FEDER – 000040, DESIGNADA POR “PRAÇA DA ESCOLA D. DINIS – SANTO TIRSO”: RATIFICAÇÃO DA DECISÃO DE APRESENTAÇÃO DA CANDIDATURA E DE ACEITAÇÃO DAS SUAS CONDIÇÕES.-----**

Presente email do Programa Operacional NORTE 2020, de dezassete de novembro findo, registado com o número vinte e nove mil duzentos e oitenta e oito, a notificar o município que a candidatura a fundos comunitários – Operação NORTE-05-2316-FEDER-000040, designada “Praça da Escola D. Dinis – Santo Tirso” foi aprovada pela Comissão Diretiva do NORTE 2020, no dia quinze do mesmo mês de novembro.-----

A Divisão de Planeamento Estratégico e Gestão de Financiamentos informa que o valor elegível da candidatura é de 91.028,37 € (noventa e um mil e vinte e oito euros e trinta e sete centimos), beneficiando o município de uma comparticipação FEDER de 85%, no montante de 77.374,11 € (setenta e sete mil trezentos e setenta e quatro euros e onze centimos), sendo a contrapartida nacional no valor de 13.654,26 € (treze mil seiscentos e cinquenta e quatro euros e vinte e seis centimos) assegurada pelo município de Santo Tirso, tudo conforme condições constantes do Termo de Aceitação do qual se anexa cópia à presente e dela fica a fazer parte integrante, constituindo o anexo V da mesma.-----

O senhor vice-presidente submeteu à ratificação da câmara municipal a decisão de apresentação da referida candidatura e de aceitação das suas condições.-----

A câmara municipal deliberou, por unanimidade, a ratificar a decisão de aceitação das condições de aprovação da candidatura, conforme Termo de Aceitação e seus anexos.-----



A  
172

**5. EXPROPRIAÇÃO AMIGÁVEL DE PARCELA DE TERRENO DESTINADA À EXECUÇÃO DA OBRA DENOMINADA “REFORMULAÇÃO DO ENTRONCAMENTO ENTRE A EN 105 E A EM 209-2, FREGUESIA DE S. TOMÉ DE NEGRELOS” (PARCELA 12).**-----

Presente informação da Divisão Jurídica, de quatro do corrente mês de dezembro, registada com o número onze mil setecentos e setenta e três, a comunicar o resultado das negociações efetuadas com a proprietária da parcela de terreno identificada na respetiva planta cadastral com o número doze, propriedade de Maria Aurora de Almeida Martins, necessária à execução da obra acima identificada.-----

Pelo senhor presidente foi apresentada a seguinte proposta:-----

Considerando que o artigo 33º do Código das Expropriações determina que, antes de promover a constituição da arbitragem, a entidade expropriante deve procurar chegar a acordo com os expropriados e demais interessados;-----

Considerando que é aceitável o preço proposto pela proprietária da referida parcela de terreno, em sede de negociação efetuada nos termos dos artigos 34º e seguintes daquele Código;-----

Considerando a demais fundamentação constante da aludida informação, que aqui se dá por inteiramente transcrita para todos os efeitos legais;-----

Proponho que a câmara municipal delibere adquirir pela via da expropriação amigável a aludida parcela de terreno, pelo preço de 20.000,00 € (vinte mil euros) acrescida da quantia de 150,00 € (cento e cinquenta euros) a pagar à arrendatária do prédio, como indemnização autónoma, e nos demais termos constantes da minuta de contrato de expropriação amigável que se anexa à presente ata e dela fica a fazer parte integrante, para todos os efeitos legais, constituindo o anexo VI da mesma.-----

**Parcela 12**

Parcela de terreno com a área de 120 m<sup>2</sup> (cento e vinte metros quadrados), sita no lugar


da Ponte, freguesia de S. Tomé de Negrelos, deste concelho, a confrontar de norte com parte sobran-  
do prédio do qual é desanexada, de sul com E.N. 105, de nascente com António Martins & Filhos  
Lda, e do poente com António José Carneiro Martins, que é a desanexar da parte de logradouro  
prédio urbano descrito na Conservatória do Registo Predial sob o número 649 (seiscentos e quarenta  
e nove) da freguesia de S. Tomé de Negrelos, inscrito na matriz predial respetiva sob o artigo 598  
(quinhentos e noventa e oito), delimitada na planta cadastral anexa à referida minuta de contrato de  
expropriação amigável -----

A despesa com a aquisição da identificada parcela de terreno é satisfeita pela rubrica  
orçamental com a classificação económica 070101, na qual tem suficiente dotação, conforme  
proposta de cabimento orçamental n.º 3510/2017.-----

O compromisso inerente ao pagamento da importância adicional de 5.067,20 € (cinco mil  
e sessenta e sete euros e vinte cêntimos), para além do montante já depositado, está registado no  
sistema de contabilidade de apoio à execução orçamental com o n.º 4266/2017, de cinco do corrente  
mês de dezembro.-----

A proposta, submetida a votação nominal, foi aprovada por unanimidade.-----



**6. PROPOSTA DE CELEBRAÇÃO DE PROTOCOLO DE COOPERAÇÃO A CELEBRAR ENTRE O MUNICÍPIO DE SANTO TIRSO E A ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE SAÚDE DO NORTE, IP, TENDO POR OBJETO DOTAR A USF DE S. MARTINHO DO CAMPO DE EQUIPAMENTO NECESSÁRIO À PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SAÚDE DE MEDICINA DENTÁRIA.**-----

Presente informação da Divisão de Ação Social de vinte e sete de novembro findo, registada com o número onze mil e quinhentos e oitenta e seis, a remeter minuta de Protocolo de Cooperação a celebrar com a Administração Regional de Saúde do Norte, I.P., que tem por objeto regular os termos e as condições em que o município de Santo Tirso dará à Administração Regional de Saúde do Norte uma cadeira de dentista e equipamento complementar, para ser instalada na Unidade de Saúde de S. Martinho do Campo, cuja estimativa orçamental é de 44.209,96 € (quarenta e quatro mil e duzentos e nove euros e noventa e seis cêntimos), com IVA incluído.-----

O senhor presidente propôs que a câmara municipal, no âmbito das atribuições do município no domínio da saúde, conforme alínea g) do n.º 2 do artigo 23º do anexo I da Lei 75/2013, de 12 de setembro, e ao abrigo da competência prevista nas disposições conjugadas das alíneas o) e u) do n.º 1 do artigo 33º do mesmo diploma legal, nomeadamente o apoio a atividades de promoção da saúde e prevenção das doenças e ainda ao abrigo da cooperação técnica e financeira entre entidades da administração central e local, conforme Decreto-lei 384/87, de 24 de dezembro, delibere celebrar com a Administração Regional de Saúde do Nort. I.P., um protocolo de cooperação com vista a dotar a USF de S. Martinho do Campo de equipamento necessário à prestação de serviços de saúde de medicina dentária, nos termos da minuta que se anexa à presente ata e dela fica a fazer parte integrante, constituindo o anexo VII da mesma, composto por doze folhas.-----

A proposta, submetida a votação nominal, foi aprovada unanimidade.-----

No momento da discussão da proposta que antecede, interveio a senhora vereadora Dra. Andreia Neto, para solicitar alguns esclarecimentos sobre este assunto.-----

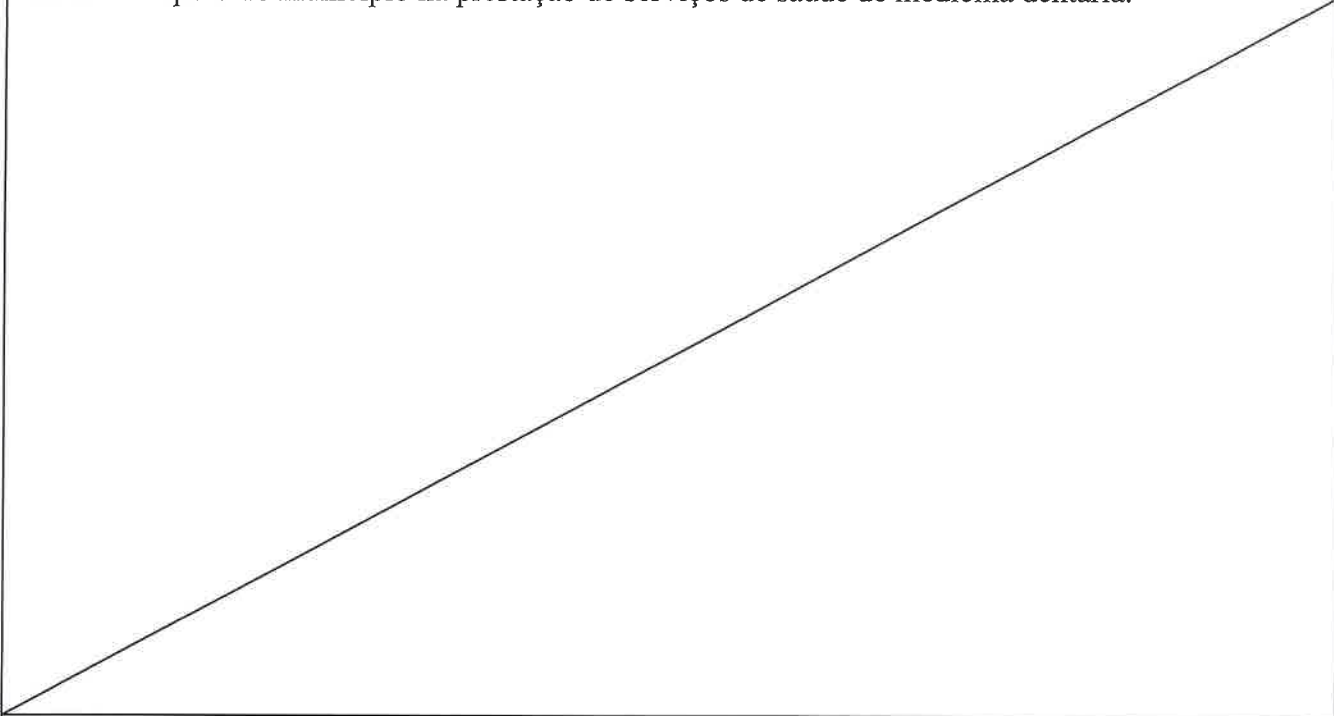


Começou por referir que era de louvar a celebração deste Protocolo de Cooperação, mas que entendia que ainda é insuficiente. Que o Protocolo, além dos utentes da Unidade de Saúde de S. Martinho do Campo abrange também os utentes do ACES de Santo Tirso, tendo em conta que a unidade de Saúde de S. Martinho do Campo tem cerca de 12.000 utentes, qual vai ser o(s) critério(s) de referenciação, para se saber quantos utentes do ACES de Santo Tirso seriam abrangidos.-----

Seguidamente, interveio o senhor vice-presidente da câmara que começou por agradecer o louvor da senhora vereadora Dra. Andreia Neto quanto à celebração deste Protocolo.-----

Quanto à questão colocada, disse que essa gestão seria feita pelo ACES de Santo Tirso. Que apesar desta matéria não ser da responsabilidade do município, entendeu o executivo de maioria socialista desenvolver esforços no sentido de promover este tipo de ações, que se concretiza agora com a celebração de mais este Protocolo.-----

De seguida, interveio também o senhor vereador Dr. José Pedro Machado, que esclareceu que além deste Protocolo, houve um outro Protocolo celebrado com o Centro Hospitalar do Médio Ave, EPE, e a CESPUP, aprovado em reunião da câmara municipal de dezasseis de novembro que visa também o apoio do município na prestação de serviços de saúde de medicina dentária.-----







*[Handwritten signature]*

*[Handwritten signature]*

**7. PROPOSTA DE ATRIBUIÇÃO DE SUBSIDIO AOS AMIGOS DA FESTA DE SANTA LUZIA – MONTE CÓRDOVA – FESTA EM HONRA DE SANTA LUZIA.-----**

Presente ofício dos Amigos das Festas de Santa Luzia – Monte Córdova, entidade equiparada a pessoa coletiva, registado com número vinte e nove mil duzentos e sessenta e oito, a solicitar a atribuição de um subsidio para ajudar a custear as festas em honra de Santa Luzia, que se realizarão de oito a dezassete de dezembro, cuja estimativa orçamental é de 2.800,00 € (dois mil oitocentos euros).-----

Pelo senhor presidente da câmara foi apresentada a seguinte proposta:-----

Ao longo do ano são diversos os eventos de cariz popular e religioso que se realizam por todo o concelho;-----

As diversas festas em honra dos santos populares e/ou padroeiros das diversas freguesias do concelho são também eventos culturais, que conquistam a simpatia e admiração quer dos residentes, quer de pessoas de fora do concelho, que se deslocam ao concelho por ocasião dessas manifestações religiosas/culturais;-----

Assim, considerando que as festas e as romarias são uma tradição cultural que merece ser apoiada;-----

Considerando a competência da câmara municipal prevista na alínea u) do n.º 1 do art.º 33.º do Anexo I da Lei 75/2013, de 12 de setembro, proponho a atribuição de um subsídio no montante de 200,00 € (duzentos euros) aos Amigos da Festa de Santa Luzia, para ajudar a custear as despesas com a realização das referidas festas.-----

A respetiva despesa será satisfeita pela rubrica orçamental com a classificação económica 040701, na qual tem cabimento, conforme proposta de cabimento n.º 3544/2017.-----

O compromisso inerente à presente deliberação está registado no sistema de contabilidade de apoio à execução orçamental, com o n.º 4269/2017, de cinco do corrente mês de dezembro.-----

A proposta foi aprovada por unanimidade.-----

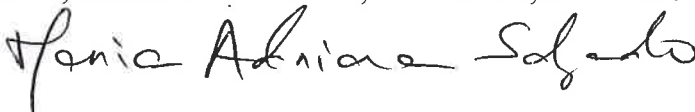
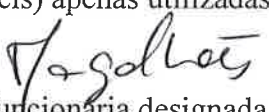




**ENCERRAMENTO.**-----

A reunião foi encerrada em: Dezassete horas e quarenta e cinco minutos.-----

E para constar se lavrou a presente ata que tem vinte e três folhas, e sete documentos anexos (anexo I, relativo ao item um; anexo II e III, relativos ao item dois; anexo IV, relativo ao item três; anexo V, relativo ao item quatro; anexo VI, relativo ao item cinco; e anexo VII, relativo ao item seis) apenas utilizadas no anverso, que eu

  
  
funcionária designada para secretariar a reunião subscrevo e vai ser assinada por quem presidiu.



**APROVAÇÃO DA ATA.**-----

A presente ata foi aprovada pela câmara municipal em reunião de 28/12/2017, conforme consta do item um da respetiva minuta (folhas seis ).-----

A Secretária,

